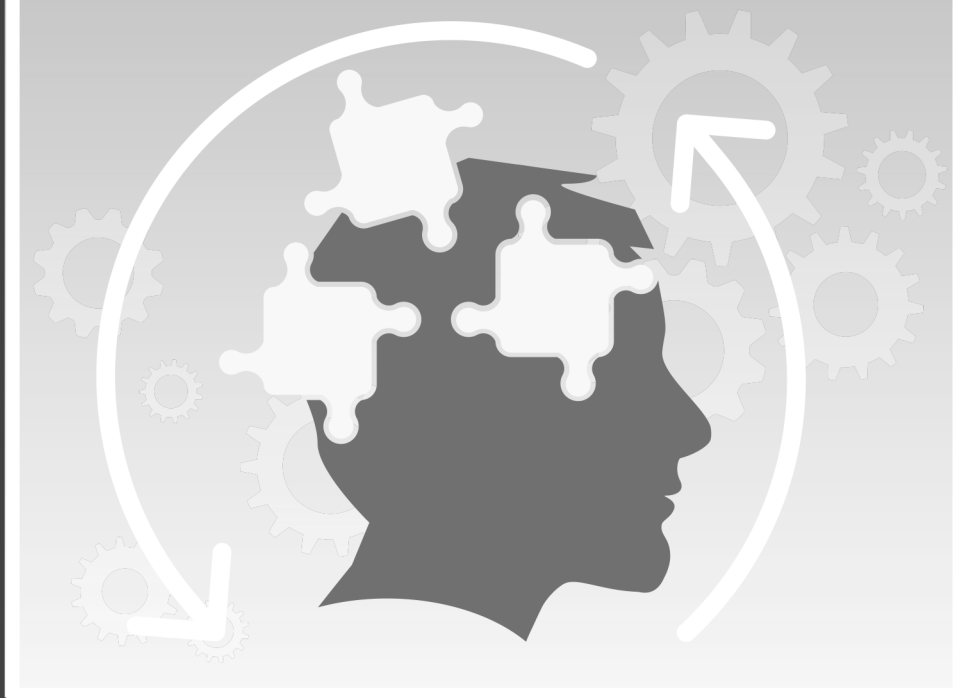


Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



Letras e Linguística:
Estrutura e
Funcionamento 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)


Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L649 Letras e linguística [recurso eletrônico] : estrutura e funcionamento 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-449-8

DOI 10.22533/at.ed.498200610

1. Letras – Pesquisa. 2. Linguística. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **LETRAS E LINGUÍSTICA: ESTRUTURA E FUNCIONALISMO – VOL. II**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área das Letras a partir de diálogos com suas subáreas e demais áreas das Humanidades.

Temos, nesse segundo volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam linguística e discurso; novas tecnologias; ensino de língua inglesa; LIBRAS e realidade surda.

Linguística e discurso traz análises relevantes como movimentos parafrásticos e polissêmicos, pronomes, gênero textual, ensino de gramática e discursos, seja o religioso, o médico ou o jurídico.

Em novas tecnologias são verificadas contribuições que versam sobre representações, argumentação em blogs, ambientes virtuais de aprendizagem e ensino médio presencial mediado por tecnologias.

Em ensino de língua inglesa são encontradas questões relativas a ludicidade, desenvolvimento e falantes nativos.

LIBRAS e realidade surda enfatiza abordagens sobre estratégias de aprendizagem de LIBRAS como segunda língua e atendimentos realizados para surdos na fonoaudiologia, precisamente na Clínica de Fonoaudiologia da UNICAP, Pernambuco.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MOVIMENTOS PARAFRÁSTICOS E POLISSÊMICOS NA DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE SUJEITO E IDENTIDADE	
Maria Deusa Brito de Sousa Apinagé	
Janete Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4982006101	
CAPÍTULO 2	10
O EMPREGO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO PROCLÍTICO À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
Gisele Manhães do Couto	
Eliana Crispim F. Luquetti	
DOI 10.22533/at.ed.4982006102	
CAPÍTULO 3	24
A REPRESENTATIVIDADE DO GÊNERO TEXTUAL CAUSO GAUCHESCO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD	
Silvio Luis Sobral de Oliveira	
Mateus da Rosa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4982006103	
CAPÍTULO 4	31
A CONTRIBUIÇÃO DE BAKHTIN PARA O ENSINO DA GRAMÁTICA	
Jéssica Duarte de Souza	
Camila de Araújo Beraldo Ludovice	
DOI 10.22533/at.ed.4982006104	
CAPÍTULO 5	43
FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DE PODER: DISCURSO E IDEOLOGIA NO DISCURSO RELIGIOSO	
Josicarla Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.4982006105	
CAPÍTULO 6	53
O DISCURSO MÉDICO E O MONSTRO: SENTIDOS DE SAÚDE E CORPO PELA CIRURGIA BARIÁTRICA	
Thaís Silva Marinheiro de Paula	
Soraya Maria Romano Pacífico	
DOI 10.22533/at.ed.4982006106	
CAPÍTULO 7	70
DISCURSO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ERUDITO E O FILOSÓFICO	
Alexandre Luís Gonzaga	
DOI 10.22533/at.ed.4982006107	

CAPÍTULO 8	83
EU VOS <i>ORDENO</i> MARIDO E MULHER! A MEMÓRIA DISCURSIVA NO DILEMA DA UNIÃO CIVIL NO ESTADO BRASILEIRO	
Everaldo dos Santos Mendes	
Marildo de Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.4982006108	
CAPÍTULO 9	102
DA CONTESTAÇÃO POR DIREITOS DA MULHER NO SÉCULO XIX: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE NÍSIA FLORESTA	
Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.4982006109	
CAPÍTULO 10	111
APROPRIAÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS: IMBRICAMENTO DE REPRESENTAÇÕES	
Silvelena Cosmo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.49820061010	
CAPÍTULO 11	121
ARGUMENTAÇÃO EM BLOGS: CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS SOBRE CELULAR NA ESCOLA	
Maria Aparecida de Souza Carvalho	
Soraya Maria Romano Pacífico	
DOI 10.22533/at.ed.49820061011	
CAPÍTULO 12	131
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: O PROFESSOR DA ERA DIGITAL	
Daniella de Almeida Santos Ferreira de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.49820061012	
CAPÍTULO 13	141
O ENSINO MÉDIO PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA NA ESCOLA ESTADUAL SANTA RITA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-AM	
Ricélia dos Santos Solart	
DOI 10.22533/at.ed.49820061013	
CAPÍTULO 14	159
AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLOGICA NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA EJA	
Amanda Stanislawski Reche	
Claudia Marchese Winfield	
DOI 10.22533/at.ed.49820061014	
CAPÍTULO 15	164
LICENCIATURA EM LETRAS INGLÊS: VEREDAS PERCORRIDAS DA CHEGADA AO	

ENSINO SUPERIOR À IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO NO ESTADO DO PARÁ

Luciana Kinoshita

DOI 10.22533/at.ed.49820061015

CAPÍTULO 16..... 179

QUANDO A “PUREZA” DA LÍNGUA FORJA A “IMPUREZA” DOS FALANTES NÃO NATIVOS

Marildo de Oliveira Lopes

DOI 10.22533/at.ed.49820061016

CAPÍTULO 17..... 191

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ADULTOS OUVINTES NO CURSO INICIANTE DE LIBRAS

Cleusa Regina Cardoso

Luiz Antônio Zancanaro Junior

DOI 10.22533/at.ed.49820061017

CAPÍTULO 18..... 204

MAPEAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PARA SURDOS E SUAS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS REALIZADOS NA CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Mannix de Azevêdo Ferreira

Wanilda Maria Alves Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.49820061018

SOBRE O ORGANIZADOR..... 214

ÍNDICE REMISSIVO..... 215

CAPÍTULO 15

LICENCIATURA EM LETRAS INGLÊS: VEREDAS PERCORRIDAS DA CHEGADA AO ENSINO SUPERIOR À IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO NO ESTADO DO PARÁ

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Luciana Kinoshita

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
– Unifesspa
Marabá – Pará
<http://lattes.cnpq.br/3326445649802244>

RESUMO: O presente estudo trata sobre a graduação em Letras com habilitação em língua inglesa. Nosso objetivo é descrever, em linhas gerais, o seu desenvolvimento no país desde a chegada desse curso no Ensino Superior brasileiro até a sua implementação e expansão no estado do Pará. Ao contar a história dessa trajetória conhecemos mais sobre o passado, para que possamos melhor traçar o(s) caminho(s) em direção ao futuro. A relevância da pesquisa está atrelada ao fato que pouco se sabe historicamente sobre o assunto, essencialmente sobre o início e o crescimento do Ensino Superior na região Norte do país, uma vez que a maioria dos estudos nessa perspectiva é voltada para a descrição de tal nível de ensino no Sudeste brasileiro. Consequentemente a história da formação de professores daquela região foi pouco narrada até então, principalmente no que se diz respeito aos professores de idiomas estrangeiros, como o inglês. Para dar conta da iniciativa proposta, desenvolvemos uma investigação de cunho bibliográfico e documental utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa. Resultados indicam

que a implementação desse curso no Pará foi parecida com o que aconteceu no restante do país e que a expansão também se assemelhou ao processo de como o Ensino Superior privado se estendeu pelo território nacional. Já o setor público foi marcado pela instituição de programas governamentais especificamente voltados para a ampliação/reestruturação das universidades (REUNI) e formação de professores (PARFOR) como motivação principal para se expandir por todo o interior do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial de professores, Licenciatura em Letras Inglês, Implementação da Educação Superior, Expansão da educação superior.

**BACHELOR'S DEGREE IN ENGLISH:
PATHWAYS TRAVELLED FROM THE
ARRIVAL IN THE HIGHER EDUCATION
TO THE IMPLEMENTATION AND
EXPANSION IN THE STATE OF PARÁ**

ABSTRACT: This study regards the undergraduate degree in Language with English qualification. Our objective was to describe, in general terms, the development of this major degree in the country since its arrival in Brazilian Higher Education until its implementation and expansion in the state of Pará. By telling the history of this trajectory we know more about the past, allowing us to better chart the path(s) towards the future. The relevance of the research lies on the fact that little is known historically on the subject, essentially about the beginning and the growth of Higher Education in the North region of the country. This is because most studies in this regard are focused on the description of this

level of education in the Southeastern region of Brazil. Consequently, the history of teacher education in the North has rarely been narrated so far, especially regarding teachers of foreign languages, such as English. In order to accomplish the proposed initiative, we developed a bibliographic and documentary investigation using qualitative and quantitative approaches. Results indicated that the implementation of this degree in Pará was similar to what happened in the rest of the country and that the expansion was also similar to the process of how private Higher Education extended across national territory. On the other hand, the public sector was marked by the implementation of government agency programs specifically focused on the expansion/restructuring of universities (REUNI) and teacher education (PARFOR) as the main motivation to expand towards the interior of the state.

KEYWORDS: Initial teacher education, English major undergraduate degree, Higher education implementation, Higher education expansion.

1 | PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE A HISTÓRIA A SER CONTADA

Nesse estudo tratamos sobre o curso de graduação em Letras com habilitação em língua inglesa e fazemos uma breve descrição histórica de seu desenvolvimento no Brasil, desde a chegada do curso como parte integrante do Ensino Superior até a sua implementação e expansão no estado do Pará. Cremos que nossa investigação contribui para que interessados no assunto possam conhecer mais a respeito da história do curso e aspectos que moldam as características atuais da graduação que habilita o profissional para lecionar inglês na Educação Básica brasileira.

Acreditamos que a relevância de nossa proposta se deve ao fato de que muito pouco é historicamente conhecido sobre o assunto, essencialmente em relação ao início e ao crescimento do Ensino Superior no Norte do Brasil, pois os estudos nessa perspectiva trabalham com mais frequência falando a respeito do Sudeste do país. O principal resultado disso é que a história da formação de professores no Norte foi pouco descrita em pesquisas acadêmicas até o momento e a formação de professores de idiomas estrangeiros, como é o caso da língua inglesa, acaba também fazendo parte desse esquecimento. Escolhemos focar especificamente nesse idioma por ser dele o curso de Letras com habilitação em língua estrangeira (LE) que mais se expandiu, nos últimos anos, por todo o território estado do Pará, como formação acadêmica inicial de professores de línguas. Além de que, com o advento da lei 13.415/2017, o inglês passa a ser o idioma estrangeiro obrigatório na Educação Básica, enquanto outros podem ser incluídos no currículo opcionalmente.

Para desempenhar o que aqui propomos, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e documental. A fim de que pudéssemos tanto nos valer de trabalhos e estudos já realizados por outros, quanto da apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (leis, decretos, normativas, planos de curso etc.).

Ao final do estudo, nossos resultados indicaram que a forma com que o curso de Letras Inglês foi implementado no estado foi, em alguns aspectos, semelhante a como o

mesmo processo foi desenvolvido no resto do Brasil, porém houve ainda particularidades em relação às características nacionais. A sua expansão também foi parecida no que diz respeito ao setor privado de Educação Superior, mas não no público que teve influência de programas governamentais federais específicos de ampliação e reestruturação, como explicamos mais adiante.

Para dar conta do que propomos, dividimos nosso texto em quatro partes seguidas de uma lista de referenciais teóricos e documentais. A primeira delas é uma seção introdutória, onde expomos brevemente do que se trata o estudo, elencando tema, objetivos, relevância etc. Logo após, apresentamos a metodologia para expor os procedimentos utilizados do decorrer da pesquisa. Em seguida temos uma seção em que organizamos a trajetória do curso investigado com base em nossos dados bibliográficos e documentais. E, por fim, há a conclusão, lugar onde sintetizamos o estudo, retomamos nossos objetivos, apresentamos resultados alcançados e sugerimos estudos complementares.

2 | CAMINHOS PERCORRIDOS PARA DESVENDAR OS RUMOS DO CURSO

Nessa seção descrevemos os procedimentos adotados no decorrer da investigação. Para tanto, tratamos dos tipos de pesquisa utilizados quanto à sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

Usamos a abordagem qualitativa e a quantitativa. Foi necessário trabalhar tanto com dados mensuráveis (estatísticos) quanto subjetivos. Utilizamos ambos para compreender, em profundidade, o tema abordado, supondo um corte temporal-espacial que determina o campo e a dimensão do trabalho que, no nosso caso, é o território brasileiro com ênfase na região Norte, mais especificamente no Pará, englobando desde o início do século XX até os dias atuais. E, por ser um período significativamente longo, trabalhamos apenas com aspectos mais marcantes de cada época devido a limitações de espaço textual.

Quanto à natureza, nossa investigação é uma pesquisa básica, porque buscamos descobrir novos conhecimentos que envolvem verdades e interesses universais que é saber mais sobre a história de um curso de licenciatura específico, cujos resultados servem para ampliar a compreensão sobre o tema, sem a necessidade (ainda que desejável) de aplicação imediata.

Nossos objetivos são característicos tanto de pesquisa exploratória quanto de descritiva que estão diretamente relacionados aos procedimentos adotados sobre os quais estão explanados no parágrafo seguinte. É exploratória devido à intenção de proporcionar maior familiaridade dos interessados com o tema, no sentido de torná-lo mais explícito. Também é descritiva por exigir muitas informações sobre o que pretendemos investigar, descrevendo fatos e fenômenos a seu respeito.

Para alcançar os objetivos caracterizados acima, empregamos dois tipos de procedimentos em nosso estudo: a pesquisa bibliográfica e a documental. A primeira está

ligada à pesquisa exploratória, uma vez que, ao envolver o levantamento bibliográfico, temos a oportunidade de nos valer de referencial teórico já analisado e publicado para conhecer melhor o que já se sabe a respeito do assunto, agregando saberes de diferentes contribuições científicas disponíveis. Enquanto a segunda é relacionada à pesquisa descritiva, pois o exame de materiais ainda sem tratamento analítico de que se ocupa a análise documental é propício para estudos que envolvem longos períodos, como é o caso do nosso.

Vejamos a partir da seção seguinte a trajetória do curso de Letras Inglês contada por meio dos procedimentos expostos.

3 I BREVE TRAJETÓRIA DO CURSO DE LETRAS INGLÊS

Aqui trazemos o estudo bibliográfico e documental de nossa pesquisa. Para tanto, dividimos essa parte do trabalho em duas subseções. A primeira trata sobre os pioneiros cursos ofertados no país e a segunda diz respeito à sua chegada e desenvolvimento no Pará.

3.1 Primeiros cursos ofertados no país

Ao contrário do que se acredita, o Ensino Superior brasileiro não adquiriu cunho universitário a partir da década de 1930, por, até então, funcionar em escolas e faculdades isoladas que se ofereciam cursos voltados apenas para uma única área específica. Em 1909, foi criada a Escola Universitária Livre de Manáos¹. Ela reunia três áreas de conhecimento (Exatas, Humanas e Saúde) e, em 1913, passou a ser chamada de Universidade de Manaus, foi desativada em 1926 e, mais tarde, em 1962, precedeu a Universidade Federal do Amazonas (UFAM)².

É bastante provável que os adeptos ao pensamento de que os anos 1930 marcam o início dessa história não estivessem atentos ao que acontecia no Norte do país no início do século e, por isso, considerem a criação da Universidade de São Paulo (USP)³, como a primeira experiência universitária brasileira, o que, apesar de não ser verdade, é compreensível visto que a Escola Universitária Livre de Manáos durou apenas 17 anos e poucos registros há dela.

Há divergências em relação a quando e onde o Ensino Superior brasileiro teve início, mas é fato que o primeiro curso superior data de 1808 com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, momento em que é criada Escola de Cirurgia da Bahia⁴ que, posteriormente, daria origem à Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁵.

1. Criada pela Lei nº 601 de 08 de outubro de 1909 (AMAZONAS, 1909).

2. Criada pela Lei Federal 4.069-A, de 12 de junho de 1962 (BRASIL, 1962).

3. Criada pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

4. Criada pela Decisão nº 2, de 18 de fevereiro de 1808 (BRAZIL, 1808).

5. Criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946 (BRASIL, 1946).

As primeiras iniciativas de Educação Superior foram implementadas pela elite do país para atender seus próprios interesses, por isso as graduações inicialmente oferecidas eram de profissões liberais tradicionais como Medicina, Direito e Engenharias (SAMPAIO, 1991). Enquanto essas características perduraram, até antes da Reforma Francisco Campos, a formação de professores para a Educação Básica se dava no Ensino Secundário (antigo ginásio, hoje Ensino Médio), o que não significa que a formação em Letras não existia, como exemplo podemos citar o Bacharelado em Letras do Colégio Pedro II, criado em 1837 (BRASIL, 1837) e o da Escola Universitária Livre de Manáos, implementado 1909 (AMAZONAS, 1909). Contudo, eram iniciativas que não necessariamente visavam formar professores.

Até a década de 1930, quem ministrava aulas nas diferentes áreas eram professores leigos. Após a reforma anteriormente mencionada e o aparecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por advento da criação da USP, os professores passam a ter a oportunidade de se formar na universidade para atuar no Ensino Secundário.

A nova composição para a formação de professores secundários foi a seguinte: o candidato matriculava-se nos cursos de Bacharelado dos diversos ramos específicos de conhecimento, segundo o setor curricular e programático em que pretendia exercer o magistério no ensino médio (História, Geografia, Matemática, Filosofia, Química etc.). Ao fim de três anos, formava-se o Bacharel. A licença para o magistério (diploma de Licenciado) lhe era concedida mediante mais um ano de estudos [...] (FÉTIZON, 1984, p. 149)

A mesma composição funcionava para as diversas habilitações do curso de Letras, uma vez que, desde o início da USP, já haviam sido instituídas diversas cadeiras fundamentais na seção de Letras, entre elas a de Língua e Literatura Inglesa⁶ que, por sua vez, estava dividida em subseções, uma delas a de LE⁷ que era assim organizada:

1º ano – Lingüística Filologia comparada, Língua (francesa, inglesa ou alemã);

2º ano – Língua (francesa, inglesa ou alemã) Literatura (francesa, inglesa ou alemã);

3º ano – Língua (francesa, inglesa ou alemã) Literatura (francesa, ou alemã), Técnica e crítica literária. (SÃO PAULO, 1934)

Ao concluir o curso em qualquer das seções ou subseções da universidade o aluno tinha direito ao que se chamava de “licença cultural”⁸, mas, para exercer o magistério no Ensino Secundário, era necessário ainda concluir um “curso de formação pedagógica no Instituto de Educação”^{9,10} que poderia ser feito de simultaneamente ao 3º ano na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou após a sua conclusão.

6. Ver Art. 9º do Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

7. Ver Art. 10º do Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

8. Ver Art. 11 do Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

9. Ver § 1.º do Art. 5º do Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

10. Trata-se do antigo Instituto Caetano de Campos que teve sua Escola de Professores incorporada à USP em 1938.

A preocupação inicial era formar o professor para atuar apenas no Ensino Secundário. Assim, a universidade não tomou para si, naquele momento, a responsabilidade da formação para lecionar em níveis inferiores ao que hoje equivale ao Ensino Médio. No caso da LE, somente a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, o ensino de idiomas passa a obrigatoriamente fazer parte do currículo da Educação Básica, pois, na anterior (Lei nº 5.692/71), as LE eram mencionadas como algo que poderia ser incluso, enquanto, na sua antecessora (Lei nº 4.024/61), elas não estavam previstas para nenhum nível de ensino. Vemos que, durante muitos anos, a formação do professor de línguas não foi valorizada devido, entre outros fatores, à falta de legislação que as incluíssem formalmente nos primeiros anos de escolarização do país.

3.2 Destinos tomados pelo curso no Pará

Nessa seção versamos sobre a implementação e expansão do curso de licenciatura em Letras Inglês no Pará. E, para tanto, dividimo-la em duas subseções: na primeira delas, abordamos acerca de iniciativas pioneiras implementadas na capital do estado e, na segunda, tratamos do processo de expansão desse curso para municípios do interior paraense.

3.2.1 *Na capital do estado*

Vimos, na seção anterior, que a primeira iniciativa de curso de formação de professores de idiomas em uma universidade brasileira surgiu em São Paulo, em 1934, e levou algumas décadas para que o mesmo acontecesse no Norte do país que também começou a história do seu Ensino Superior com cursos mais elitizados, por exemplo, na já mencionada Escola Universitária Livre de Manáos que ofertava o curso de Letras, mas como bacharelado, e, com o encerramento dessa instituição em 1926, a região Norte volta a oferecer esse curso em Nível Superior somente a partir de 1957, na Universidade do Pará¹¹, que, mais adiante, passaria a compor a Universidade Federal do Pará (UFPA).

É importante enfatizar que, durante esse período de mais de três décadas (1926 a 1957), a formação na área de Letras continuou acontecendo no Norte do país, mas estava restrita a colégios e preparatórios para escolas profissionais, essencialmente para carreiras como Direito e Medicina por advento da Faculdade de Direito do Pará¹², que existia desde 1902, e a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará¹³, criada em 1919. Com a criação da UFPA ambas as faculdades foram federalizadas e incorporadas a ela, juntamente com outros cinco estabelecimentos de Ensino Superior, todos localizados na capital do estado (BRASIL, 1957):

11. Criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957 (BRASIL, 1957).

12. Federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950b).

13. Federalizada pela Lei nº 1.049, de 03 de janeiro de 1950 (BRASIL, 1950a).

- c) Faculdade de Farmácia de Belém do Pará;
- d) Escola de Engenharia do Pará;
- e) Faculdade de Odontologia do Pará;
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará;
- g) Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

Como podemos observar, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, existente desde 1955, foi uma das que foram integradas pela nova universidade e, com ela, levou o único curso de Letras do Norte do Brasil na época. A criação da UFPA marca, então, a volta desse curso para o Nível Superior da região Norte do país que passa a ser gratuito pela federalização de todos os estabelecimentos que a compuseram.

As informações sobre quando o curso de Letras Inglês começou na UFPA são desconhecidas. De acordo com o portal do e-MEC, a primeira turma data de março de 1955, mesma data de início do curso de Letras Português e de Letras Francês, indicando que os três já existiam desde antes da universidade, ainda na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará. Contudo, o Instituto de Letras e Comunicação (ILC) que hoje abriga as graduações em Letras do campus da capital, ao relatar a sua história em seu site oficial, diz que, em 1965, havia apenas Letras com Habilitação em Língua e Literatura Portuguesas e o Inglês, na época, era contemplado unicamente como curso livre de LE. E, mais tarde, em 1969, com a criação do Centro de Letras e Artes (CLA), os cursos de Letras com habilitação em Línguas e Literaturas Estrangeiras passam a existir.

Apesar de haver duas prováveis datas de início, o curso de Letras Inglês do campus de Belém da UFPA é o pioneiro na região Norte do Brasil, porém hoje não é mais o único na capital do Pará que conta ainda com mais quatro outros, sendo um público e os outros privados.

A Universidade Estadual do Pará (UEPA) é, juntamente com a UFPA, as únicas instituições públicas que oferecem, em Belém, a graduação na qual focamos nosso estudo. A referida universidade estadual tem a mais nova licenciatura em Letras Inglês gratuita da capital do estado que iniciou em 2011 sua turma inaugural. Antes disso, seis particulares já atendiam parte da demanda na área. A primeira delas foi a União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA)¹⁴, em 1988. Conforme informações divulgadas pelo E-mec, anos depois, o curso começa a ser ofertado pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), em 2003, a Universidade Anhanguera (UNIDERP), em 2005, Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade de Uberaba (UNIUBE) tiveram seus cursos autorizados no mesmo ano,

14. Criada em 1987 pela fusão do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (GESEP) com as Faculdades Integradas Colégio Moderno (FICOM) e que, em 1993, passou a se chamar Universidade da Amazônia (UNAMA).

em 2006, e a Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), em 2007. A única iniciativa que surgiu depois da aprovação do curso da UEPA, a do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) é a mais recente de todas e data de 2013.

Os cursos mencionados têm semelhanças e diferenças. Podemos exemplificar que, segundo dados do e-MEC, cinco deles¹⁵ são de 6 semestres, enquanto os outros quatro¹⁶ duram 8 semestres. A carga horária mínima também varia bastante, o menor tem 2800 horas (UNICID) e o maior 3620 (UNIP). É interessante observar que ambos os cursos que estão nos dois extremos são de educação à distância.

Outra diferença significativa é que mais da metade dos cursos ofertados na capital do estado são não presenciais¹⁷, tendo o município de Belém como polo, e, praticamente todos eles (à exceção da UNIDERP), são de dupla habilitação em Português e Inglês, sendo a FIBRA a única a ter curso presencial em Belém que hoje o oferece.

Esclarecemos que optamos por apresentar conjuntamente dados dos dois cursos (Letras Inglês e Letras Português/Inglês) para sermos fiéis ao nosso objetivo de descrever a formação do professor de língua inglesa em Nível Superior e ambas as licenciaturas formam esse profissional.

Com exceção do curso da UEPA, todas as licenciaturas em Letras Inglês ou Português-Inglês aprovadas para funcionar na capital do Pará, a datar de 2005, são à distância. Não coincidentemente é, a partir desse período, que o setor privado também expande a oferta do curso para o interior do estado, como expomos na subseção a seguir.

3.2.2 No interior do estado

Até 2005, tínhamos somente dois cursos de Letras Inglês fora da capital do Pará: o de Ananindeua que a Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) começou a oferecer em 2002 e o de Soure que foi, em 2004, a primeira iniciativa da UFPA em levar o curso para um dos seus campi no interior. Com esse cenário, a instituição pioneira a ofertar a graduação fora de Belém tinha características parecidas com a que primeiramente começou a atuar, na década de 70: a UNAMA¹⁸. Ambas trabalham com Ensino Superior particular que Carlos Benedito Martins (1988) chama de “novo” ensino privado e surgiu no mercado de uma maneira bastante particular:

De uma maneira geral, ocorreu que os responsáveis pelas escolas de primeiro e segundo graus, que transferiram seus capitais para o ensino superior, trariam também a mentalidade empresarial com a qual dirigiam seus estabelecimentos, procurando imprimir tal tipo de percepção e conduta nos estabelecimentos de ensino superior criados por eles. (Idem, p. 38)

15. UNIUBE, UNICID, UNICESUMAR, FIBRA e UNIDERP.

16. UNAMA, UNIP, UFPA e UEPA.

17. UNIDERP, UNIP, UNIUBE, UNICID e UNICESUMAR.

18. Na época, ainda sob o nome de CESEP e FICOM.

Trata-se de um movimento que iniciou no Sudeste do país nos anos 70 e na região Norte não foi diferente, pois tanto a ESMAC quanto as instituições antecessoras da UNAMA (CESEP e FICOM) tiveram seu começo atrelado a escolas privadas de Educação Básica que passaram também a atuar no Nível Superior vendo-o como um mercado promissor para obtenção de lucro e acúmulo de capital.

Estava, então, aberto um caminho para que várias outras instituições privadas de Ensino Superior também implementassem suas atividades acadêmicas no interior do Pará. O curso de Letras Inglês chegou, por meio da rede privada, até diversos municípios do estado e é ofertado hoje em Altamira* pela UNIP (desde 2006), Ananindeua pela ESMAC (desde 202), UNIDERP (desde 2005) e UNIP (desde 2006), Barcarena pela UNIP (desde 2006), Castanhal pela UNIP (desde 2006), Eldorado dos Carajás pela UNICESUMAR (desde 2013), Tucuruí* pela UNIDERP (desde 2005) e UNIUBE (desde 2006), Santarém* pelo CEULS¹⁹ (desde 2007), UNIP (desde 2006) e UNIUBE (desde 2006), Marabá* pela UNIDERP (desde 2005) e UNIP (desde 2006), Parauapebas pela UNIUBE (desde 2006), Redenção pela UNIP (desde 2006) e Ulianópolis pela UNIDERP (desde 2005).²⁰

Em um estado com 144 municípios, somente onze cidades do interior são atendidas pelo setor privado. É relevante observar que apenas duas (CEULS e ESMAC) ofertam o curso presencialmente, sendo que cada uma delas atua em um único local, restringindo a possibilidade de acesso a essa modalidade de graduação para quem opta por estudar em uma instituição privada no interior do Pará, pois, caso o futuro professor não obtenha a sua formação em Ananindeua ou em Santarém, ele terá duas únicas opções: fazer a graduação à distância ou estudar em uma universidade federal (caso exista um campus em seu município). Não criticamos aqui a qualidade da formação não presencial, que pode ser bastante eficiente quando bem utilizada, mas damos ênfase à falta de alternativas uma vez que nem todos se adaptam bem a essa modalidade, o que pode prejudicar a formação dos professores oriundos do interior paraense.

Ainda sobre a licenciatura em questão nas instituições privadas, não é por mera coincidência que o processo de expansão aconteceu a partir de 2002, ano subsequente à implantação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)²¹, um programa “destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos” (BRASIL, 2001a, p. 02). Podemos observar também que a expansão tomou proporções ainda maiores a partir de 2005 com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI)²² que concede bolsas de estudo integrais e parciais para o mesmo público, com o diferencial de disponibilizar bolsas também para docentes da rede pública cursarem qualquer licenciatura, independentemente da renda.

19. Centro Universitário Luterano de Santarém – única privada filantrópica e confessional, sem fins lucrativos.

20. Consideramos como ano de início de cada curso o que constava na plataforma do e-mec durante o período em que buscamos os dados.

21. Criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001a).

22. Criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

Assim, o interior do estado passa a se configurar como um mercado cada vez mais atraente devido a seus municípios com poucas ou nenhuma universidade pública e com a maioria da população elegível aos programas referidos, por a Educação Básica pública ser predominante nessas localidades.

O mesmo não aconteceu com o Nordeste paraense, onde se concentra a maioria dos campi da UFPA e da UEPA. Houve, contudo, uma pausa na expansão desse curso pelas instituições particulares em 2007. Tanto que a única nova iniciativa posterior é de 2013, em uma cidade que não era atendida por nenhuma universidade, nem privada, nem pública: Eldorado dos Carajás.

Isso se deu porque, nesse período, iniciaria uma nova expansão para o interior do Pará: a da rede pública federal. Hoje temos o curso pela UFPA em Soure (desde 2005), Baião (desde 2015), Bragança (desde 2009), Cametá (desde 2008), Capanema (desde 2010), Altamira (desde 2009), Mocajuba (desde 2016), Oeiras do Pará (desde 2018), São Caetano de Odivelas (desde 2019), Tucuruí (desde 2013) e Tomé-Açu (desde 2013), pela Unifesspa²³ em Marabá (desde 2009) e Canaã (desde 2019) e pela UFOPA²⁴ em Santarém (desde 2011).²⁵

Como podemos perceber, apenas universidades federais ofertam gratuitamente a licenciatura em Letras Inglês no interior do estado, mas nem todas elas. Apesar de termos mais duas instituições públicas no Pará, a UEPA e a UFRA, e ambas também funcionarem em uma proposta multicampi, a primeira implementou essa graduação somente em seu campus da capital, enquanto a segunda não possui o curso em nenhum dos seus campi.

As federais começam a expandir, principalmente, suas licenciaturas, em geral, não apenas o curso de Letras Inglês, para além de Belém com o auxílio do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²⁶ que proporcionou condições mais favoráveis para a ampliação do acesso ao e permanência no Nível Superior público por meio de melhorias tanto em infraestrutura física quanto em recursos humanos com a contratação de mais servidores (professores e técnicos-administrativos).

Com a instituição do programa referido, começa uma verdadeira corrida pela abertura de novos cursos de graduação e até mesmo de surgimento de novas universidades, como foi o caso da UFOPA, em 2009, e da Unifesspa, em 2013. No estado do Pará, vimos isso acontecer, em maiores proporções, principalmente nas duas instituições mencionadas, devido aos altos investimentos destinados para tal. Logo, dos 11 cursos de graduação que a Unifesspa possuía em 2008 (ano anterior à instituição do REUNI), ainda como campus da

23. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) foi criada pela Lei nº 12.824/2013 por desmembramento da UFPA (BRASIL, 2013).

24. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085/2009 por desmembramento da UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) (BRASIL, 2009a).

25. Consideramos como ano de início de cada curso o referente à primeira oferta de vagas para aquela cidade por cada instituição em seus processos seletivos. Dados foram obtidos a partir dos editais de seleção.

26. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

UFPA, ela passou a conseguir ofertar 48 diferentes opções em 2020. Enquanto a UFOPA mais que quadruplicou a quantidade de cursos que oferecia, indo de seis graduações ofertadas em 2008, como campus de Santarém da UFPA, para 49 em 2020, aumentando em mais de oito vezes a sua quantidade.

Outro advento do governo federal que impulsionou a expansão do Ensino Superior para o interior foi o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)²⁷, um programa que visa formar professores em exercício na rede pública para que obtenham a formação exigida pela LDB. Foi assim que o curso de graduação em Letras Inglês se expandiu ainda mais, inclusive para municípios nunca antes contemplados seja por instituições particulares ou públicas.

A licenciatura em Letras Inglês é atualmente oferecida dentro do PARFOR, pela UEPA em Belém*, Castanhal e São Miguel do Guamá; pela UFPA em Abaetetuba, Belém*, Bragança*, Breves, Cametá*, Castanhal, Itaituba, Mãe do Rio, Medicilândia, Parauapebas, Soure*, Tailândia e Tucurí; e pela UFOPA em Alenquer, Almeirim, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém*.

Sendo que, nessa última universidade, o curso é de dupla habilitação Português e Inglês e, em todos os municípios marcados com asterisco, também há a oferta do curso regular, fora da modalidade PARFOR, para o público em geral. Assim, temos 17 municípios, no interior do estado do Pará, cujo curso de Letras Inglês pelo PARFOR é a única alternativa de formação inicial formal na área. Lembramos ainda que Unifesspa, IFPA e UFRA também ofertam graduações (e pós-graduações) pelo PARFOR, mas, atualmente (em 2020), nenhuma delas oferece o curso em questão pelo programa.

4 | TENTATIVA DE ARREMATAR UMA “HISTÓRIA (AINDA) SEM FIM”

Acreditamos que alcançamos nosso objetivo ao descrever, em linhas gerais, o desenvolvimento do curso de formação de professores de inglês como LE para a Educação Básica, desde a sua primeira implementação no Ensino Superior nacional até a expansão pelo estado do Pará. Por meio dessa descrição, é possível saber sobre a história do curso no país, mais detalhadamente, no Pará, além de conhecer algumas curiosidades e características específicas que teve ao longo do tempo.

A implementação da graduação em Letras Inglês no Pará foi semelhante a como o mesmo processo se deu no resto do país, com particularidades como:

- a) Início com professores leigos (sem formação universitária na área) atuando na Educação Básica;
- b) Primeiros cursos de capacitação específica acontecendo em escolas e faculdades isoladas;

27. Instituído pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. (BRASIL, 2009b)

c) Transformação dessas faculdades nas primeiras instituições universitárias públicas do estado.

Entretanto, quanto à expansão, apenas o que aconteceu com o setor privado tem características bastante parecidas, enquanto a do setor público, mais intensificada a partir de 2009, teve alguns aspectos próprios a exemplo da influência de programas como:

a) PARFOR – voltado apenas para o Norte e Nordeste do Brasil;

b) Reuni – que tem amplitude nacional, mas que também tem apresentado resultados significativos de seus investimentos nas referidas regiões.

Nos últimos anos, a expansão desse curso está acontecendo mais rápido do que jamais se deu na história do estado do Pará. Temos, de um lado, instituições particulares expandindo para garantir uma porção de um mercado consumidor por muito tempo deixado de lado e assim ter seu lucro e acúmulo de capital. E do outro, universidades públicas sucateadas buscando, a todo custo, garantir para si parte dos recursos (investimentos) disponíveis a fim de melhorar sua infraestrutura física e recursos humanos. As últimas acabam vendo, nos programas de expansão propostos pelo governo federal, uma maneira de conseguir superar anos de investimento orçamentário insuficiente para arcar com suas demandas.

Uma das consequências é que, como, nem sempre, universidades e institutos têm condições de expandir em tamanha proporção, dentro de um período tão curto, isso acaba acarretando/evidenciando problemas e incoerências nas instituições. Por exemplo, podemos mencionar o fato que, por vezes (para não dizer muitas vezes), para atender as exigências do governo, a rede pública acaba abrindo novos cursos enquanto seus antigos estão sucateados, contratando mais pessoas (professores e técnicos) para as novas graduações sendo que as que já existiam permanecem com falta de pessoal.

O Ensino Superior, mais especificamente no que diz respeito à formação inicial de professores de inglês, vem crescendo e se expandindo no Brasil e no Pará nos últimos anos. Contudo, apesar dos avanços, no caso do estado referido, o que temos até o momento ainda é muito pouco para suprir as demandas atuais, haja vista que, na grande maioria dos municípios, o curso de Letras Inglês ainda não existe (nem na rede privada, nem na pública) e, por conseguinte, os docentes são formados em outras cidades ou são professores leigos na área em que atuam, o que certamente prejudica a qualidade da educação ofertada no Ensino Básico.

Nosso estudo não pretende encerrar a discussão. Sabemos que muito ainda há para investigar sobre a questão que aqui abordamos e esteve fora do alcance na nossa pesquisa como mais detalhes sobre o impacto de políticas públicas como o PARFOR e o REUNI estão tendo na expansão e a qualidade de oferta do curso de Letras Inglês no estado do Pará comparando modalidades presenciais e à distância. Daí a necessidade de conhecer como a formação inicial dos professores foi implementada e tem se expandido no contexto investigado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01, seção 1, Nº 35, 17 de fevereiro de 2017.

_____. **Sistema e-MEC**. 2015. Disponibiliza consulta a informações sobre instituições de Educação Superior no sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 05, seção 1, Nº 107, 6 de junho de 2013.

_____. Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-02, seção 1, Nº 212, 6 de novembro de 2009a.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-02, seção 1, Nº 21, 30 de janeiro de 2009b.

_____. *Decreto 6096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 07, seção 1, Nº 79, 25 de abril de 2007.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 07-08, seção 1, Nº 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 2005.

_____. Lei nº 10.468, de 20 de junho de 2002. Altera o art. 3o da Lei no 4.069-A, de 12 de junho de 1962, dando nova denominação à Universidade do Amazonas. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 02, seção 1, Nº 118, 21 de junho de 2002a.

_____. Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 60, seção 1, Nº 20, 29 de janeiro de 2002b.

_____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 02-04, seção 1, Nº 135E, 13 de julho de 2001a.

_____. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 50, seção 1, Nº 131, 09 de julho de 2001b.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-09, seção 1, Nº 248, 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-04, seção 1, Nº 153, 12 de agosto de 1971.

_____. Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01, seção 1, Nº 223, 22 de novembro de 1963.

_____. Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962. Cria a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01, seção 1, Nº 120, 27 de junho de 1962.

_____. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-06, seção 1, Nº 278, 27 de dezembro de 1961.

_____. Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-02, seção 1, Nº 149, 02 de julho de 1957.

_____. Lei nº 1.049, de 03 de janeiro de 1950. Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 2, seção 1, Nº 19, 23 de janeiro de 1950a.

_____. Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-05, seção 1, Nº 281, 08 de dezembro de 1950b.

_____. Decreto-lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 01-02, seção 1, Nº 84, 12 de abril de 1946.

_____. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 4-8, seção 1, Nº 80, 06 de abril de 1939.

_____. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 02-04, seção 1, Nº 156, 10 de julho de 1937a.

_____. Retificação da Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1937. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 2, seção 1, Nº 184, 13 de agosto de 1937b.

_____. Império do Brasil. **Decisão nº 2**, de 18 de fevereiro de 1808. Manda criar uma Escola de Cirurgia no Hospital Real da Cidade da Bahia.

Anatomia no Hospital. 1808. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_2.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FÉTIZON, B.A.M. A Universidade de São Paulo e a formação de professores universitários. In: FÉTIZON, B.A.M. **Educar professores?** Um questionamento dos cursos de licenciatura da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 1984, p. 125-181.

MARTINS, C.B. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: MARTINS, C.B. (org.). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectiva.** São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 11-48.

PARÁ. Lei n° 5.747, de 18 de maio de 1993. Cria a Universidade do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, p. 2, de 19 de maio de 1993.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990.** Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa Sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 6.283**, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

UFAM. **História da Ufam.** s/d. Disponível em: <<https://www.ufam.edu.br/historia.html>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

UFPA. **Apresentação.** s/d. Disponível em: <<http://www.ilc.ufpa.br/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. **Criação.** s/d. Disponível em: <<http://ifch.ufpa.br/index.php/memoria>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. **Histórico e estrutura.** s/d. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/index.php/universidade>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

USP. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras.** Departamento de Letras Modernas. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambientes Virtuais de Aprendizagem 131, 132, 135, 139

Aprendizagem 24, 29, 32, 41, 60, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 162, 163, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202

B

Bakhtin 12, 21, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 160, 163

Blogs 47, 121

D

Discurso 1, 2, 3, 43, 46, 47, 51, 53, 55, 57, 58, 68, 70, 81, 83, 86, 90, 91, 96, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 119, 121, 122, 123, 129, 130, 140, 179, 180, 186, 189, 190

Discurso Jurídico 57, 70, 72, 73, 81

Discurso Médico 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

E

Ensino Médio 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 112, 114, 119, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 161, 168, 169, 176

Escola 4, 25, 26, 33, 34, 37, 39, 41, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 158, 160, 167, 168, 169, 170, 171, 177, 208, 214

Estrutura 2, 2, 7, 8, 9, 19, 25, 33, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 66, 79, 90, 91, 101, 105, 117, 123, 160, 163, 178, 181, 192, 193, 196, 199, 202, 204, 206, 209

F

Fonoaudiologia 101, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213

G

Gênero Textual 24, 73

Gramática 9, 11, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 28, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 79, 80, 161, 184, 196, 197

I

Identidade 1, 7, 8, 13, 49, 100, 137, 139, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 214

Ideologia 3, 4, 5, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 55, 56, 58, 64, 66, 72, 83, 91, 106, 109, 122, 123,

129, 133, 137, 140, 183

L

Letras 2, 16, 21, 24, 62, 89, 90, 97, 100, 119, 130, 141, 143, 157, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 190, 199, 207, 214

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213

Língua Inglesa 111, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 171, 181, 182, 184, 187, 189

Linguística 2, 2, 11, 19, 21, 22, 23, 33, 43, 48, 70, 71, 73, 76, 79, 81, 90, 91, 101, 105, 112, 115, 116, 121, 122, 123, 129, 163, 179, 180, 185, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 203, 206, 214

Literatura 10, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 40, 119, 168, 170, 214

Livros Didáticos 24, 25, 26, 27, 29, 183

Ludicidade 6, 159, 160, 161, 162, 163

M

Memória 1, 2, 3, 9, 53, 65, 67, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 115, 117, 123, 181, 184, 199, 210

N

Novas Tecnologias 44, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 123, 129, 135, 140, 144, 151, 152, 153

P

Pronome 10, 13, 17, 18, 20, 21, 127, 135

S

Sociolinguística 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Sujeito 1, 3, 4, 5, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 79, 91, 94, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 115, 117, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 159, 181, 189, 206

Surdo 191, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Letras e Linguística: Estrutura e Funcionamento 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 